

LUSO PARTNERS
SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Relatório de Gestão
e
Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2012

Março / 2013

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais
2. Relatório do Conselho de Administração
 - Atividade de Exploração e Resultados
 - Proposta de Aplicação de Resultados
 - Perspectivas para 2013
 - Agradecimentos
3. Órgãos Sociais e Participações Qualificadas
4. Demonstrações Financeiras Individuais
5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais
6. Relatório e Parecer do Fiscal Único
7. Certificação Legal de Contas

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Tomaz de Aquino Viegas de Abranches Lucas de Andrade
de Araújo Parreira Rocha
Secretário: Ana Isabel Almada e Melo de Sousa Refoios

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vogais: Luis Leitão Ricciardi
Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves
João Tomás Andrade Rocha de Horteiga
Jorge Leitão Ricciardi

- FISCAL ÚNICO

Efetivo: “Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados”
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
representada por
José Maria Rego Ribeiro da Cunha
Suplente: Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2012:

Preâmbulo:

O final do ano de 2012 foi marcado pelo falecimento do Sr. Dr. Manuel Jorge Roquette Ricciardi, Presidente do Conselho de Administração da Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. no passado dia 26 de Outubro de 2012, o qual, todos os restantes membros do Conselho de Administração, assim como os demais colaboradores, recordam com saudade.

1. Atividade de Exploração

1.1. Enquadramento

O ano de 2012 foi marcado pela continuação “Crise da Dívida Soberana” nos países periféricos da Zona Euro, desta vez com um enfoque especial para os ajustamentos dos pacotes de ajuda aos países, os quais se traduziram, no caso português, por quebras significativas nos rendimentos das famílias, por via de reduções dos mesmos e aumentos muito significativos da carga fiscal, quer dos impostos diretos, quer dos indiretos

O centro das preocupações, continuou a centrar-se em países como a Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália. No entanto, e em virtude do aparente sucesso dos programas de países como Portugal e Irlanda, assim como na ausência de pedidos de ajuda formais da Espanha e Itália, assistimos a uma recuperação dos mercados, o que se poderá constatar através da performance do índice *Pan-European Euro Stoxx 50*, o qual teve uma “*performance*” positiva de 13.79% durante o ano, do índice *MSCI World* com uma “*performance*” positiva de 13.18%, assim com do *Dow Jones* que teve uma valorização de 7.26% no mesmo período.

Na área de corretagem, os volumes intermediados sofreram um decréscimo de 36.48%, em grande parte motivado pela diminuição da volatilidade, tanto no mercado de Ações, como no de Taxa Fixa (Obrigações), assim como pela “pouco provável” recuperação dos mercados, a qual se veio a verificar, ao contrário das previsões da maioria dos analistas, mas que se deveu mais a variáveis de expectativa do que a melhorias reais dos indicadores económicos propriamente ditos, quer a nível macro, quer a nível microeconómico.

Na área de gestão de patrimónios, os montantes sob gestão mantiveram-se em cerca de Eur 16.000.000, em grande parte devido à conjuntura económica e social portuguesa, pois assistimos a uma valorização positiva das carteiras, mas que não foi acompanhada por um aumento dos ativos sob gestão, em parte motivada pela diminuição dos rendimentos disponíveis das famílias, quebra nos excedentes de tesouraria das empresas e o aumento significativo da carga fiscal sobre os rendimentos

e mais-valias em Portugal, mantendo-se a parceria com uma Sociedade de Consultoria para Investimentos.

Na área de distribuição de fundos, para a Luso Partners, 2012, à semelhança de 2011, foi um ano de estagnação, em virtude de o investimento neste tipo de produto ter sido tendencialmente preterido relativamente à Taxa Fixa por parte dos investidores, e o sector financeiro nacional ter focado de modo bastante agressivo, toda a sua estratégia comercial e força de vendas, na angariação de depósitos bancários para o cumprimento de rácios prudenciais em detrimento deste tipo de produtos de investimento. No entanto e ao contrário de 2011, em 2012 o sector de Gestão de Ativos, em Portugal, já não diminuiu, mas manteve-se praticamente inalterado.

1.2. Proveitos de Exploração

Durante o exercício de 2012, a Luso Partners registou um total de Eur: 740.092 de comissões brutas as quais, descontadas de um total de Eur: 130.373 de comissões pagas aos intermediários financeiros que nos fornecem o acesso aos vários mercados de intermediação, se saldou num total de comissões líquidas de Eur: 609.719, ou seja, uma margem de intermediação (comissões líquidas / comissões totais) de 82% contra 83% registados no ano anterior, decrescendo assim ligeiramente a margem em virtude do aumento do peso relativo de clientes institucionais.

Verificou-se um decréscimo das comissões brutas de 19.56% face ao ano de 2011.

A repartição das comissões de corretagem geradas por mercado foi a seguinte:

Unid: Euros		
	Europa	EUA
Volumes Intermediados	250.015.173	51.604.964

Os valores intermediados no Norte-americano registaram um volume de negócios inferior ao Europeu, voltando à tendência que se verificou durante sete exercícios consecutivos antes de 2011. Este resultado está associado à performance dos próprios mercados em 2012, período no qual as principais Bolsas Europeias registaram um comportamento significativamente superior ao das Bolsas Norte-Americanas, embora positivo em ambos os casos.

A Luso Partners - Sociedade Corretora, SA continua a canalizar as suas ordens para os mercados estrangeiros através das suas principais contrapartes, respectivamente, o *Deutsche Bank* (DB) e BES Investimento para os Mercados Europeus e a *LEK Securities* para os EUA.

1.3. Custos de Exploração

A estrutura de custos de exploração da LP Corretora foi a seguinte:

Rubricas	2012	2011	Var (%)
Custos com Pessoal	288.038	293.748	-1.94
Gastos Administrativos	307.964	383.995	-19.80
Amortizações	10.873	15.630	-30.44
Total	606.875	693.373	-12.47

2. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais que o Resultado Líquido apurado no exercício, correspondente a um prejuízo de Eur 48.697,87 seja transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

3. Perspectivas para 2013

O ano de 2013 continuará a ser, sem dúvida alguma, um ano difícil, não só para o setor financeiro, mas para as economias Europeias de uma forma geral, e a Portuguesa em particular em virtude do Programa de Ajustamento em curso, o qual se espera que estabilize o “choque fiscal” e comece o caminho da reforma do estado e consequentes cortes da despesa pública.

A Luso Partners - Sociedade Corretora, SA continuará a monitorizar as oportunidades de negócio nos mercados onde opera, principalmente através do estabelecimento de parcerias comerciais com outras casas de investimento e angariadores de negócio.

4. Agradecimentos

Uma palavra final de agradecimento aos nossos Clientes, cuja fidelidade esperamos poder continuar a merecer e, também, a todos os Colaboradores cujo empenho e dedicação nos é muito grato reconhecer.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

Luís Leitão Ricciardi

Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves

João Tomás de Andrade Rocha e Horteiga

Jorge Leitão Ricciardi

3. ÓRGÃOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Lista de Administradores da Sociedade Titulares de Ações da Sociedade à data de 31 de Dezembro de 2012

Lista a que se refere o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
LUÍS LEITÃO RICCIARDI (Vogal do Conselho de Administração)	78.500	39,25%
JORGE MIGUEL DE OLIVEIRA NEVES (Vogal do Conselho de Administração)	11.000	5,5%
JOÃO TOMÁS ANDRADE ROCHA DE HORTEGA (Vogal do Conselho de Administração)	11.000	5,5%

Lista de Acionistas da Sociedade Titulares de Ações Superiores a Um Décimo do Capital Social à data de 31 de Dezembro de 2012

Lista a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
LUÍS LEITÃO RICCIARDI	78.500	39,25%
MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI (HERDEIROS)	74.500	37,25%

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2012 e 2011

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Balanco em base individual (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Nº de Contribuinte: 505 726 394

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido 3 = 1 - 2	
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
10 + 3300		0	0	0	0
Caixa e disponibilidades em bancos centrais					
11 + 3301	11	3.702.282		3.702.282	3.087.249
Disponibilidades em outras instituições de crédito					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 16 + 191 (1) - 3713 (1)		0		0	0
Activos financeiros detidos para negociação					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 17 + 191 (1) - 3713 (1)		0		0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
153 + 1548 (1) + 158 (1) + 18 + 192 + 34888 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 53888 (1) - 3713 (1)	12	14.730		14.730	10.664
Activos financeiros disponíveis para venda					
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 3300 + 3310 (1) + 34018 (1) - 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 5300 - 53028 (1) - 3710	13	0		0	135.089
Aplicações em instituições de crédito					
14 + 151 + 1540 + 158 (1) + 190 + 3304 + 3305 + 3310 (1) + 34008 + 340108 + 34800 - 3518 - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210 (1) - 53018 - 530208 - 53880		0		0	0
Crédito a clientes					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) - 5210 (1) - 53028 (1) - 5303		0		0	0
Investimentos detidos até à maturidade					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 - 354 - 3523 - 3713 (1) - 5210 (1) - 5308 (1)		0		0	0
Activos com acordo de recompra					
21		0		0	0
Derivados de cobertura					
25 - 3580 - 3713 (1)		0		0	0
Activos não correntes detidos para venda					
26 - 3581 (1) - 360 (1)		0		0	0
Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)	14	296.201	288.209	7.992	16.685
Outros activos tangíveis					
29 - 3582 - 3583 - 361	15	137.049	136.748	301	984
Activos intangíveis					
24 - 357 - 3713 (1)		0		0	0
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300	16	6.869		6.869	9.021
Activos por impostos correntes					
301		0		0	0
Activos por impostos diferidos					
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 - 371 (1) + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	17	3.320.354		3.320.354	888.901
Outros activos					
Total de Activo		7.477.485	424.957	7.052.528	4.148.593

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Demonstração de Resultados NCA (Contas individuais)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Nº de Contribuinte: 505 726 394

		€		
Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior	
79 + 80 (1) + 8120	Juros e rendimentos similares	3	2.212	11.297
66 + 67 (1) + 6820	Juros e encargos similares	3	2.279	2.227
	Margem financeira		-67	9.070
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
81 (1) - 8120	Rendimentos de serviços e comissões	4	740.092	920.084
68 (1) - 6820	Encargos com serviços e comissões	4	130.373	158.410
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		0	0
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	5	290	94
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6	1.194	3.358
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		0	0
- 695 (1) - 696 (1) - 699 (1) - 75 - 720 - 721 - 722 - 723 - 725 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 839 (1) + 840 + 843 + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	7	-35.579	-46.877
	Produto bancário		575.557	727.319
70	Custos com pessoal	8	288.038	293.748
71	Gastos gerais administrativos	10	307.964	383.995
77	Depreciações e amortizações	14+15	10.873	15.630
781 + 783 + 784 + 785 + 786 + 788 - 881 - 883 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	19	-21	10
78000 + 78001 + 78010 + 78011 + 7820 + 7821 + 7822 - 88000 - 88001 - 88010 - 88011 - 8820 - 8821 - 8822 - 848 (1)	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0	0
760 + 7620 + 7618 + 76211 + 76221 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7641 + 765 + 766 + 78002 (1) + 78012 (1) + 7823 + 7828 (1) - 870 - 8720 - 8718 - 87211 - 87221 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8741 - 875 - 876 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8823 - 8828 (1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0	0
768 + 769 (1) + 78002 (1) + 78012 (1) + 7828 (1) - 877 - 878 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8828 (1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
	Resultado antes de impostos		-31.297	33.936
	Impostos		17.401	8.088
65	Correntes	27	17.401	8.088
74 - 86	Diferidos		0	0
	Resultado após impostos		-48.698	25.848
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0
640	Resultado líquido do exercício		-48.698	25.848

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Luis Leitão Ricciardi

Jorge Neves

João Tomás Hortega

Jorge Leitão Ricciardi

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(euros)

	Notas	31-12-2012	31-12-2011
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		2 186	11 524
Juros e custos pagos		(2 279)	(2 227)
Serviços e comissões recebidas		740 092	920 084
Serviços e comissões pagas		(130 373)	(158 410)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(606 006)	(688 754)
		3 620	82 217
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Aplicações em instituições de crédito		135 089	(135 089)
Recursos de instituições de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		29 016	(14 695)
Derivados de cobertura		-	-
Outros activos e passivos operacionais		456 767	572 793
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		624 492	505 226
Impostos sobre os lucros (pagos) recebidos		(9 155)	(11 780)
		615 337	493 446
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Dividendos recebidos		-	-
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		-	(2 490)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		-	10 000
Investimentos detidos até à maturidade		-	-
Compra de imobilizações		(1 498)	(3 220)
Venda de imobilizações		-	9 997
		(1 498)	14 287
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa		-	-
Reembolso de obrigações de caixa		-	-
Emissão de passivos subordinados		-	-
Reembolso de passivos subordinados		-	-
Dividendos de acções ordinárias pagas		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		-	-
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	6	1 194	3 358
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		615 033	511 091
Caixa e equivalentes no início do período	2.2 o)	3 087 249	2 576 158
Caixa e equivalentes no fim do período	2.2 o)	3 702 282	3 087 249
		615 033	511 091
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa		-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	3 702 282	3 087 249
Total		3 702 282	3 087 249

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Luis Leitão Ricciardi

Jorge Neves

João Tomás Hortega

Jorge Leitão Ricciardi

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(em euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	1 000 000	(1 167)	(301 224)	(168 697)	528 912
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	(2 260)	(168 697)	168 697	(2 260)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	25 848	25 848
Outros	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1 000 000	(3 427)	(469 921)	25 848	552 500
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	3 825	25 848	(25 848)	3 825
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(48 698)	(48 698)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1 000 000	398	(444 073)	(48 698)	507 627

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Luis Leitão Ricciardi

Jorge Neves

João Tomás Hortega

Jorge Leitão Ricciardi

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

MODELO I

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade: Euros

Natureza e espécie (1)	Categoria de Activo Instrução n.º 23/2004 (2)	Código do título (3)	Tipo de emitente (4)	País do emitente (5)	Cotado /Não cotado (S/N) (6)	Mercado organizado relevante (7)	Cotação (8)	Quantidade (9)	Valor nominal (10)	Critério valorimétrico (11)	Valor de Balanço (12)	Válias (+/-) (13)	Montante vencido (14)	Correcções de valor		% de participação		Operações especiais (15)	Observações (16)	
														Imparidade	Outras	Capital	Direitos de voto			
Instrumentos de dívida																				
De dívida pública																				
O.T. 5,45% SETEMBRO 2013	iv)	PTOTEGOE0009	OUTRAS	Portugal	S	-	1.527,00	150.000	1.500,00	Justo valor	1.527,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
O.T. 3,35% OUTUBRO 2015	iv)	PTOTE3OE0017	OUTRAS	Portugal	S	-	13.203,00	1.350.000	13.500,00	Justo valor	13.203,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores públicos																				
...																				
De outros emissores																				
Adquiridos no âmbito de operações de titularização																				
Equiparados a <i>first loss position</i>																				
...																				
Outros																				
...																				
Outros																				
Dívida não subordinada																				
...																				
Dívida subordinada																				
...																				
Total								1.500.000	15.000,00		14.730,00	0,00	-	-	-					
Instrumentos de capital																				
...																				
Total								-	-		-	-	-	-	-					
Outros																				
...																				
Total								-	-		-	-	-	-	-					

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Luis Leitão Ricciardi

Jorge Neves

João Tomás Horteiga

Jorge Leitão Ricciardi

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2012 e 2011

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em euros)

NOTA 1 – ACTIVIDADE

A Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. (LP Corretora ou Sociedade), com sede em Lisboa, foi constituída por escritura pública celebrada em 9 de Maio de 2002 com um capital social de 500 mil euros, correspondendo a 100 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada, detido na íntegra pela Luso Partners – SGPS, S.A.. A Sociedade iniciou a sua actividade em 18 de Setembro de 2002.

No exercício de 2003 o capital social da LP Corretora aumentou para 760 mil euros, correspondendo a 152 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada, em resultado da fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA (LP Gestora) na sociedade corretora. Esta fusão foi autorizada pelo Banco de Portugal através da modalidade de fusão por incorporação, i.e., da transferência global do património da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA para a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA e a escritura pública ocorreu no dia 4 de Novembro de 2003. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2003.

A fusão referida anteriormente teve como objectivos a simplificação das estruturas, reforço dos mecanismos de controlo interno e redução de custos, nomeadamente das áreas de suporte (administrativa, financeira, etc.), com base nos seguintes fundamentos:

- a) Ambas as sociedades prosseguiam actividades que se complementavam ao nível da administração de carteiras, bem como na prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- b) Tendo em conta as características do mercado financeiro em que as sociedades estavam inseridas, tornava-se cada vez mais necessário desenvolver e apresentar serviços integrados, orientados por uma gestão de custos que lhes permitissem alcançar uma posição competitiva e
- c) No planeamento da operação foi tomada em consideração a ineficiência a que, a vários níveis, a estrutura actual conduzia. A manutenção de entidades juridicamente autónomas obrigava à existência de estruturas diferenciadas e ao cumprimento de um conjunto acrescido de formalidades sem que, no caso concreto e no momento actual, se mantivessem as vantagens que poderão ter estado na origem da opção pela estrutura anteriormente implementada.

No exercício de 2007, ocorreu a fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (LP SGPS) na LP Corretora. O Banco de Portugal autorizou previamente a fusão por incorporação das duas sociedades financeiras referidas e a escritura pública ocorreu no dia 28 de Dezembro de 2007. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2007. Em resultado desta fusão, o capital social da LP Corretora aumentou para 1 milhão de euros, correspondendo a 200 mil ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A fusão ocorrida no exercício de 2007 baseou-se na LP SGPS apenas deter e gerir participações numa única sociedade, i.e., a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA, desde o exercício de 2003 e em resultado da fusão ocorrida nesse ano entre a LP Corretora e a LP Gestora, conforme descrito anteriormente. Acresce que a LP SGPS não recebeu qualquer dividendo desde a sua constituição em 22 de Abril de 2002, sendo os seus resultados líquidos negativos o reflexo dos custos administrativos que a sociedade tem necessariamente de suportar. Esta fusão surgiu, assim, numa óptica de racionalização e aproveitamento otimizado de meios e recursos, face à desnecessidade de manter duas estruturas autónomas, sobretudo tendo em conta que uma das duas referidas estruturas se limitava a deter a participação na outra.

O objecto social da LP Corretora consiste na realização de todas as atividades de intermediação financeira legalmente permitidas às sociedades corretoras, bem como no exercício de quaisquer outras atividades expressamente autorizadas pelas entidades competentes, incluindo nomeadamente (i) a compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros, (ii) o processamento de carteiras de clientes e guarda de valores mobiliários, podendo proceder à cobrança dos respectivos rendimentos e, desde que autorizados pelo cliente, exercer outros direitos sociais e (iii) o exercício da actividade de administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, a que se dá a designação de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos. A actividade de gestão de carteiras é exercida com base em mandato escrito, celebrado entre a Sociedade e os respectivos clientes, que especifica as condições, os limites e o grau de discricionariedade dos actos na mesma compreendidos.

A actividade encontra-se regulamentada (i) pelo Decreto-Lei n° 262/2001, de 28 de Setembro, (ii) pelas disposições aplicáveis do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n° 298/92, de 31 de Dezembro, e (iii) pelo Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n° 486/99, de 13 de Novembro.

No exercício de 2005 a Luso Partners Sociedade Corretora, S.A. procedeu a uma reestruturação do seu quadro de pessoal, por forma a obter uma equipa mais ajustada à sua dimensão, à actual conjuntura económica e aos objectivos que se propõe atingir a médio prazo. Aliada a esta redução dos custos com pessoal, também se reduziram outros custos fixos, nomeadamente os custos com comunicações e os custos com serviços de informática.

No exercício de 2006 a Sociedade teve como objectivo o reforço do seu sistema de controlo interno. Para tal foram revistos integralmente o Manual de Procedimentos e o Regulamento Interno. Foi igualmente revisto o Código de Conduta da LP Corretora, aplicável a todos os colaboradores da Sociedade Corretora (membros dos órgãos sociais e demais colaboradores), e registado juntamente com o Regulamento Interno revisto, em 25 de Outubro de 2006, na CMVM, nos termos do nº 2, do artigo 316º, do Código dos Valores Mobiliários.

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n° 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais da LP Corretora são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da LP Corretora reportadas a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram preparadas em conformidade com as NCA, que incluem os requisitos definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2012. As notas anexas a estas demonstrações financeiras incluem toda a informação que é necessária que seja divulgada nas demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras individuais e as notas anexas agora apresentadas estão expressas em euros, arredondado ao euro mais próximo e refletem os resultados das operações da Sociedade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

As políticas contabilísticas descritas em seguida, foram aplicadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. Existe comparabilidade entre as políticas contabilísticas de ambos os exercícios.

2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

Foram os seguintes os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adoptados relativamente às várias rubricas das presentes demonstrações financeiras:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, sendo os custos e proveitos registados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, respectivamente.

b) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-divisas, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira (i.e. moedas fora da zona Euro), excepto notas e moedas, sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgados pelo Banco de Portugal (ver Nota 25).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial à vista, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

- **Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

c) **Ativos financeiros disponíveis para venda**

De acordo com o Decreto-Lei nº 262/2001, de 28 de Setembro, artigo 5º - nº 2, alínea b), é vedado às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com exceção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”.

- **Títulos disponíveis para venda**

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objectivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000. São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

As **Obrigações e outros títulos de rendimento fixo** emitidos com base no valor nominal são apresentados com base no seu justo valor. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos da dívida pública, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado durante o período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica Outros ativos (ver Nota 17).

As diferenças líquidas entre o valor de aquisição e o correspondente valor de mercado são relevadas em capitais próprios, numa rubrica de reservas de reavaliação (ver Nota 23).

d) **Provisões para riscos de crédito e para risco-país**

As provisões para riscos de crédito e para risco-país foram apuradas nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 8 de Fevereiro e da Instrução nº 94/96, do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as provisões para riscos gerais de crédito incluem:

- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica Provisões, correspondente a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes. O valor para o exercício de 2012 é Eur 4 (ver Nota 19).

e) Outros ativos tangíveis

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.1., os outros ativos tangíveis encontram-se registados pelo custo determinado na data de transição para as IFRS, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes numa base duodecimal, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Nº de Anos</u>
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4

As beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, ao abrigo do Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, do Banco de Portugal, dado ser este o período em que se considera refletir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

f) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados ao respectivo custo de aquisição. Incluem os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento dos sistemas de tratamento informático de dados. São amortizados numa base duodecimal durante um período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, segundo o método das quotas constantes (ver Nota 15).

g) Pensões de reforma

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do plano de reformas definido a nível interno, a LP Corretora aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o Plano de Pensões criado pela Sociedade, o qual visa proporcionar à totalidade dos seus empregados um complemento de 20% do salário pensionável à idade normal de reforma.

O Fundo de Pensões Aberto “Espírito Santo Multireforma” é gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Banco Espírito Santo, S.A..

O cálculo atuarial das responsabilidades da LP Corretora é efectuado anualmente pela ESAF, na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, utilizando pressupostos atuariais e financeiros em conformidade com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Os ganhos e perdas atuariais apurados anualmente, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados, são reconhecidos como um ativo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que o valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais no final do ano, que exceda 10% do maior de entre (i) o valor atual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo e (ii) o valor dos ativos do fundo de pensões, também reportados ao final do ano, seja reconhecido como despesas/receitas com custo/proveito diferido e amortizado por contrapartida de resultados extraordinários durante um período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que é apurado. O valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano que se situe dentro do referido limite, é registado na conta de desvios actuariais -incluídos no corredor - e não é amortizado.

Anualmente, a LP Corretora reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros e (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo.

A Sociedade efetua pagamentos ao fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento; (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Banco de Portugal, através do Aviso nº 12 de 2005, introduziu alterações ao Aviso nº 12 de 2001, definindo que para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos atuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005, é adicionado ao limite do corredor.

O Aviso nº 1 de 2008, no âmbito do projeto “*Better Regulation* do Sector Financeiro”, veio redefinir os elementos de informação sobre responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência a fornecer ao Banco de Portugal.

Adicionalmente, o Aviso nº 7 de 2008 introduziu novas alterações ao Aviso nº 12 de 2001, tendo em conta os ajustamentos decorrentes da transição para as NIC/NCA e, em particular, os resultantes da adopção integral do IAS 19.

h) Reconhecimento de proveitos resultantes de comissões

No exercício da atividade de corretagem, a Sociedade debita aos seus clientes comissões de corretagem que são registadas em resultados na rubrica de comissões no dia da transação, por contrapartida de contas de regularização do ativo, a aguardar a respectiva liquidação financeira.

Relativamente às comissões de gestão de carteiras, estas são apuradas conforme previsto nos contratos, segundo os esquemas a seguir descritos, cuja opção cabe ao cliente, sendo igualmente relevadas em resultados na rubrica de comissões:

- Comissão de Gestão Fixa – aplicação de uma taxa de 1% sobre o capital médio em gestão, cobrada trimestralmente (0,25% por trimestre), no último dia dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro;
- Comissão de Gestão Variável – comissão cobrada no último dia útil do ano, tendo por base a rentabilidade líquida da carteira no período e o esquema progressivo de comissionamento previsto; e
- Comissão de Gestão Mista – comissão composta por uma parte fixa e outra variável, sendo a comissão fixa calculada pela aplicação de uma taxa de 1% sobre o capital médio em gestão, cobrada trimestralmente (0,25% por trimestre), no último dia dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro e a comissão variável apurada pela aplicação de uma taxa de 5% sobre a rentabilidade líquida da carteira no período e cobrada no último dia útil do ano.

i) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos ou perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

j) Operações de compra e venda de títulos

As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros, cuja liquidação financeira ocorre dentro dos prazos dos mercados em que são transaccionados, são registadas nas rubricas de outros ativos ou outros passivos (ver Notas 17 e 21).

No que se refere a transações efectuadas no âmbito dos mercados organizados, i.e., relativamente aos valores negociados quer em âmbito nacional quer em âmbito internacional com instituições financeiras filiadas em Sistemas de Liquidação Internacionais, as respectivas liquidações financeiras são efectuadas junto dos bancos liquidadores, incluindo o que diz respeito às taxas de corretagem, que posteriormente nos são transferidas.

k) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais ao valor de cotação ou, na ausência deste, ao correspondente valor nominal (ver Nota 24).

l) Gestão de carteiras

Os valores mobiliários de terceiros, entregues à gestão da Sociedade, ou posteriormente adquiridos por esta no âmbito desta atividade, encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais e são valorizados numa base diária tendo por base a cotação de mercado divulgada.

Os valores remanescentes não aplicados na aquisição de títulos, i.e., a liquidez da carteira de cada cliente, encontram-se igualmente registados nas rubricas extra patrimoniais.

As operações de compra e venda de títulos, a aguardar a liquidação financeira, encontram-se registadas nas rubricas extra patrimoniais como parte integrante da carteira, a deduzir no caso de uma posição líquida compradora e a acrescer no caso de uma posição líquida vendedora (ver Nota 24).

m) Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo com os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela LP Corretora à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- **Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- **Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

n) Imparidade

A existência de evidência objectiva de que um ativo financeiro apresenta sinais de imparidade, resulta do cálculo do valor recuperável desse ativo com sinais de imparidade, registando as perdas apuradas por contrapartida de resultados.

A existência de evidência objectiva de imparidade, após o reconhecimento inicial de um ativo financeiro, pode resultar das seguintes situações:

- títulos cotados – uma desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação destes títulos; ou
- títulos não cotados – quando se verifica um evento com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Caso se verifique uma diminuição subsequente na perda de imparidade e a mesma possa ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, a mesma é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. Este critério não é aplicável às ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Esta perda potencial corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida em resultados.

Como já foi referido na nota 2.2 c) a legislação atual impede às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com exceção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”, pelo que a LP Corretora não implementou qualquer procedimento com carácter regular para fazer face a este risco, embora esteja atenta às flutuações verificadas nos seus ativos disponíveis para venda.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem os saldos de disponibilidades em outras instituições de crédito (ver Nota 11).

NOTA 3 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Juros e proveitos similares		
Juros de disponibilidades em instituições de crédito:		
- no país	1 653	8 800
- no estrangeiro	0	1 962
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	0	0
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	559	535
	<u>2 212</u>	<u>11 297</u>
Juros e custos similares		
Juros de recursos de instituições de crédito:		
- no país	0	11
- no estrangeiro	2 279	2 216
	<u>2 279</u>	<u>2 227</u>
	<u>(67)</u>	<u>9 070</u>

NOTA 4 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços de administração de valores prestados	103 667	148 262
Por operações realizadas com títulos por conta de terceiros	544 764	603 328
Outros proveitos de comissões recebidas	91 661	168 494
	<u>740 092</u>	<u>920 084</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros:		
- depósito e guarda de valores	3 856	4 120
- por outros serviços bancários	21 916	16 124
Por operações realizadas com títulos	104 601	138 166
	<u>130 373</u>	<u>158 410</u>
	<u>609 719</u>	<u>761 674</u>

NOTA 5 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012			31-12-2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos						
Obrigações do tesouro	290	0	290	111	17	94
	290	0	290	111	17	94

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012			31-12-2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	1 450	256	1 194	6 039	2 681	3 358
	1 450	256	1 194	6 039	2 681	3 358

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.b).

NOTA 7 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012	31-12-2011
Outros resultados de exploração		
Rendas de locação operacional	(26 477)	(25 375)
Contribuição para o sistema de indemnização aos investidores	(2 500)	(8 761)
Multas e penalidades fiscais	(32)	(45)
Quotizações e donativos	0	0
Outros impostos	(12 524)	(12 522)
Outros resultados (líquido)	5 954	(174)
	(35 579)	(46 877)

NOTA 8 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Remunerações	217 215	222 428
Encargos sociais obrigatórios	47 744	48 751
Encargos sociais facultativos	20 394	20 319
Outros custos	2 685	2 250
	<u>288 038</u>	<u>293 748</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o número médio de colaboradores a serviço da LP Corretora estava decomposto pelas seguintes categorias profissionais:

Funções	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Administração	3	3
Direcção	1	1
Técnicos	2	2
Administrativos	1	1
	<u>7</u>	<u>7</u>

O montante das remunerações atribuídas durante o exercício de 2012 aos membros do órgão de Administração da LP Corretora foi de Eur 133.104 (2011 - Eur 135.753).

Não existem quaisquer adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso nº 1/2010 do Banco de Portugal, de 09 de Fevereiro, indicam-se de seguida as remunerações pagas pela LP Corretora a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração durante o exercício de 2012:

Conselho de Administração

Membros Executivos do Conselho de Administração	2012 Remuneração Fixa
Luis Leitão Ricciardi	67 001
João Tomás Andrade Rocha de Horteiga	33 051
Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves	33 051
	<u>133 104</u>

Não existem remunerações variáveis pagas aos Membros Executivos do Conselho de Administração no exercício de 2012.

Os Administradores não Executivos:

Manuel Jorge Roquette Ricciardi e

Jorge Leitão Ricciardi,

não auferiram quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pela Sociedade, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2012.

O Órgão de Fiscalização teve uma remuneração Eur 7.774 no exercício de 2012, que está incluída na rubrica de gastos gerais administrativos (ver Nota 10).

NOTA 9 – PENSÕES DE REFORMA

A LP Corretora assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma por velhice. Estas prestações consistem num complemento de 20% do salário pensionário à idade normal de reforma.

Para fazer face à cobertura das responsabilidades por serviços passados relativos a pensões de reforma, a Sociedade aderiu em Agosto de 2002 ao Fundo de Pensões aberto denominado “Espírito Santo Multireforma”, cuja gestão é exercida pela ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, SA, sociedade integrada no Grupo Espírito Santo.

O reconhecimento, tratamento e relevação contabilística das responsabilidades para com pensões de reforma e sobrevivência são regulamentados pelo Aviso nº 12/2001, de 9 de Novembro, do Banco de Portugal, conforme descrito na Nota 2 g).

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, apresentam-se as responsabilidades, encargos, contribuições da Sociedade para o fundo de pensões e níveis de cobertura, que traduzem a aplicação do anterior normativo:

i) Número de participantes

	31-12-2012				31-12-2011			
	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)
Activos								
LP Corretora	6*	191 982	47	11	7	211 198	45	9

*Não incluído um colaborador que entrou em Outubro 2012 e se encontra no período experimental.

ii) Evolução das responsabilidades

O valor atual das responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência, decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Responsabilidades por serviços passados -		
Pessoal no activo	130 716	110 751
Valor do Fundo de Pensões Aberto		
"Espírito Santo Multireforma"	142 508	129 760
Excesso/(déficit) de cobertura	11 792	19 009
Nível de cobertura das responsabilidades	109,0%	117,2%
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	180 178	180 178
Valor actual das responsabilidades totais (VART)	310 894	290 929

As responsabilidades da Sociedade em 2012 e 2011 evoluíram como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Responsabilidades no final do periodo anterior	110 751	121 003
Custo do serviço corrente	0	0
Custo dos juros	5 538	5 853
Transferência direitos adquiridos ex-participante	0	(7 877)
(Ganhos) e perdas actuariais	14 427	(8 228)
Responsabilidades no final do periodo	<u>130 716</u>	<u>110 751</u>
Pessoal no activo	130 716	110 751
Responsabilidades objecto de cobertura	<u>130 716</u>	<u>110 751</u>
Valor do Fundo de Pensões Aberto "Espírito Santo Multireforma"	142 508	129 760
Coberturas totais	<u>142 508</u>	<u>129 760</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	11 792	19 009
Nível de cobertura das responsabilidades	109,0%	117,2%
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	180 178	180 178
Valor actual das responsabilidades totais (VART)	310 894	290 929

iii) Evolução do valor do fundo de pensões

A evolução do valor do fundo de pensões em 2012 e 2011 foi a seguinte:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Valor do Fundo em 01 de Janeiro (ii)	129 772	139 166
(+) Contribuições	0	0
(-) Transferência direitos adquiridos ex-participante	0	(7 877)
(+) Rendimento líquido do Fundo	12 736	(1 529)
(=) Valor do Fundo em 31 de Dezembro	<u>142 508</u>	<u>129 760</u>

(ii) O relatório actuarial definitivo do Fundo Pensões Multireforma à data de 31-12-2011 atribuiu ao valor do fundo Eur 129 772. Existe uma variação de Eur 12 em relação ao valor do fecho do exercício de 2011.

O rendimento líquido do fundo contém desvios actuariais positivos de Eur 6.247 (2011 – Eur 8.290 negativos).

iv) Reconhecimento das responsabilidades do exercício

Os montantes reconhecidos como custos pela Sociedade podem ser analisados da seguinte forma:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Custo do serviço corrente	0	0
(+) Custo dos juros	5 538	5 853
(-) Rendimento esperado do Fundo	<u>(6 489)</u>	<u>(6 761)</u>
(=) Custos correntes com o plano	<u>(951)</u>	<u>(908)</u>
(+/-) Desvios actuariais	<u>(8 180)</u>	<u>(62)</u>
(=) Responsabilidades do exercício	<u><u>(9 131)</u></u>	<u><u>(970)</u></u>

v) Contrapartida do reconhecimento das responsabilidades

A diminuição das responsabilidades no exercício teve por contrapartida a seguinte relevação contabilística:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Custos com pessoal	(951)	(908)
(+/-) Desvios actuariais	<u>(8 180)</u>	<u>(62)</u>
(=) Responsabilidades do exercício	<u><u>(9 131)</u></u>	<u><u>(970)</u></u>

vi) Contribuição da Sociedade para o fundo

Nos exercícios de 2012 e 2011 não foi entregue qualquer contribuição ao fundo de pensões pela LP Corretora, facto que é explicado pela saída de um participante do universo do plano de pensões da Sociedade, consequência da alteração da definição de “participante”, ocorrida em 30 de Outubro de 2009.

vii) Níveis mínimos de cobertura

Os níveis de cobertura verificados analisam-se como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Nível mínimo de cobertura	124 180	105 213
Coberturas totais	<u>142 508</u>	<u>129 760</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	<u>18 328</u>	<u>24 547</u>
Nível de cobertura	<u><u>114,8%</u></u>	<u><u>123,3%</u></u>

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados e os valores efetivamente verificados, bem como o método de cálculo utilizado, são conforme segue:

	2012		2011	
	Previsto	Verificado	Previsto	Verificado
Pressupostos Financeiros				
Taxa de rendimento dos activos	4,5%	4,5%	5%	5%
Taxa de crescimento salarial	2,25%	2,25%	2,75%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa Técnica de Juro	5%	5%	5%	5%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de Mortalidade	TV 73/77		TV 73/77	
Tábua de Invalidez	n.a.		n.a.	
Tábua de Turn Over	n.a.		n.a.	
Método de valorização actuarial	"Projected Unit Credit Method"			

A estrutura tipo de alocação de ativos utilizada pela ESAF-Espírito Santo Fundos de Pensões, SA para o fundo de pensões distribui-se em ações (27%), obrigações de taxa fixa (31%), obrigações de taxa variável (23%) e investimento alternativo (9%).

NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2012	31-12-2011
Gastos gerais administrativos		
Consultores e auditores externos	115 792	184 814
Comunicações e expedição	67 602	67 481
Serviços de informática	27 546	27 742
Rendas e alugueres	28 200	29 100
Deslocações e representação	24 118	26 921
Mão de obra eventual	0	0
Água, energia e combustíveis	17 803	17 363
Conservação e reparação	4 695	6 049
Seguros	6 815	7 653
Material de consumo corrente	3 413	3 788
Outros custos	11 980	13 084
	307 964	383 995

No exercício de 2012 a rubrica Consultores e auditores externos inclui Eur 61.458 (2011 – Eur 131.328) relativos à parceria na área de gestão de carteiras com uma Sociedade de Consultoria para Investimentos iniciada em 2011.

Os honorários facturados durante o exercício de 2012 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos aos serviços de auditoria e revisão legal das contas foi de Eur 7.774, valor igual ao de 2011.

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, segurança e vigilância, serviços de limpeza, publicidade e publicações.

NOTA 11- DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Em instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	<u>1 167 278</u>	<u>1 295 277</u>
Em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	<u>2 535 004</u>	<u>1 791 972</u>
	<u>3 702 282</u>	<u>3 087 249</u>

O montante de disponibilidades em instituições de crédito no país engloba depósitos à ordem em várias instituições, sendo que o BES Investimento é o que apresenta um saldo mais significativo no valor de Eur 810.737 (2011 - Eur 681.162).

No montante de disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro, destaca-se o saldo junto do *Deutsche Bank Frankfurt* de Eur 2.039.724 (2011 - Eur 1.461.324).

Estes saldos incluem as disponibilidades das contas correntes de clientes junto da Sociedade, sendo de clientes da Gestão Discricionária Eur 2.056.757 (2011 – Eur 1.672.368) (ver Nota 24).

NOTA 12 –ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A análise de ativos financeiros disponíveis para venda, é analisada como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida pública portuguesa		
Obrigações do tesouro	<u>14 332</u>	<u>14 091</u>
Reserva de justo valor		
Positiva (negativa)	<u>398</u>	<u>(3 427)</u>
Valor de balanço	<u><u>14 730</u></u>	<u><u>10 664</u></u>

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 2.2 c) a carteira de títulos disponíveis para venda, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é apresentada líquida das reservas de reavaliação, no montante de Eur 398 e Eur (3.427), respectivamente (ver Nota 23).

Estes títulos, tal como referido na nota 2.2 c) são adquiridos pela Sociedade com o objectivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000 (ver Nota 24). São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

Em 31 de Dezembro de 2012, o escalonamento dos ativos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento, é como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
De 3 meses a um ano	1 527	0
De um a cinco anos	<u>13 203</u>	<u>10 664</u>
	<u><u>14 730</u></u>	<u><u>10 664</u></u>

O valor de balanço das obrigações e outros títulos de rendimento fixo compara com os seguintes valores, nominais ou de reembolso na data de maturidade e de mercado:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Valor nominal	15 000	15 000
Valor de mercado	14 730	10 664
Valor de balanço	14 730	10 664

As taxas de remuneração destes títulos à data do balanço oscilam nos seguintes intervalos:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Títulos de rendimento fixo	<u>3,35% / 5,45%</u>	<u>3,35% / 5,45%</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a ativos financeiros disponíveis para venda, são como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Títulos adquiridos por valor (inferior superior ao seu valor de reembolso	<u>(668)</u>	<u>(910)</u>

NOTA 13 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Em instituições de crédito no país		
Aplicações de tesouraria	0	134 000
Juros a receber das aplicações de tesouraria	<u>0</u>	<u>1 089</u>
	<u>0</u>	<u>135 089</u>

O montante de Aplicações em instituições de crédito no país no exercício de 2011 referia-se às aplicações de tesouraria no BES Investimento, sendo a taxa de remuneração de 4%.

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Outros activos tangíveis		
Imóveis		
Obras em imóveis arrendados	<u>14 487</u>	<u>14 487</u>
Equipamento		
Equipamento informático	177 569	176 071
Instalações interiores	16 758	16 758
Mobiliário e material	22 486	22 486
Máquinas e ferramentas	12 095	12 095
Equipamento de segurança	2 006	2 006
Material de transporte	<u>50 800</u>	<u>50 800</u>
	<u>281 714</u>	<u>280 216</u>
	<u>296 201</u>	<u>294 703</u>
Amortizações acumuladas		
De obras em imóveis arrendados	(14 487)	(13 651)
De equipamento	<u>(273 722)</u>	<u>(264 367)</u>
	<u>(288 209)</u>	<u>(278 018)</u>
Total dos outros activos tangíveis líquidos de amortizações	<u>7 992</u>	<u>16 685</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	14 487	280 216	294 703
Adições	-	1 498	1 498
Abates / vendas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>14 487</u>	<u>281 714</u>	<u>296 201</u>
Amortizações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(13 651)	(264 367)	(278 018)
Amortizações do exercício	(836)	(9 355)	(10 191)
Abates / vendas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>(14 487)</u>	<u>(273 722)</u>	<u>(288 209)</u>
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2012	<u>-</u>	<u>7 992</u>	<u>7 992</u>

NOTA 15 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Activos intangíveis		
Adquiridos a terceiros		
Sistemas de tratamento informático de dados	137 049	137 049
Despesas de investigação e desenvolvimento	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>137 049</u>	<u>137 049</u>
Imobilizado em curso		
Sistemas de tratamento informático de dados	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>137 049</u>	<u>137 049</u>
Amortizações acumuladas	<u>(136 748)</u>	<u>(136 065)</u>
Total dos activos intangíveis líquidos de amortizações	<u><u>301</u></u>	<u><u>984</u></u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Despesas de constituição	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	137 049	-	-	137 049
Adições	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Imobilizado em curso	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>137 049</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>137 049</u>
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(136 065)	-	-	(136 065)
Amortizações do exercício	(683)	-	-	(683)
Abates	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>(136 748)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(136 748)</u>
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2012	<u>301</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>301</u>

NOTA 16 – ATIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Activos por impostos correntes		
Pagamentos especiais por conta		
2008	0	4 793
2010	1 878	1 878
2011	2 350	2 350
2012	2 641	0
	<u>6 869</u>	<u>9 021</u>
	<u>6 869</u>	<u>9 021</u>

NOTA 17 - OUTROS ATIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Outras disponibilidades	<u>250</u>	<u>250</u>
Devedores diversos	<u>355</u>	<u>2 449</u>
Rendimentos a receber		
Juros de obrigações do tesouro	<u>120</u>	<u>94</u>
Despesas com encargo diferido		
Seguros	12 520	12 752
Outras	<u>2 582</u>	<u>2 369</u>
	<u>15 102</u>	<u>15 121</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Responsabilidades totais	4 278	11 507
Desvios actuariais incluídos no corredor	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>4 278</u>	<u>11 507</u>
Operações a regularizar		
Operações de bolsa a regularizar	3 116 483	697 673
Operações fora de bolsa a regularizar	92 538	103 717
Operações cambiais à vista a liquidar	0	0
Outras	<u>91 228</u>	<u>58 090</u>
	<u>3 300 249</u>	<u>859 480</u>
	<u>3 320 354</u>	<u>888 901</u>

A rubrica de devedores diversos inclui essencialmente valores em dívida por operações realizadas por conta de clientes e ainda não regularizadas por estes. Estas regularizações ocorrem, na generalidade dos casos, num curto prazo.

O saldo devedor da rubrica das responsabilidades totais com pensões resultou da exclusão de um participante do universo do plano de pensões da Sociedade, explicado pela alteração da definição de “participante” ocorrida em 30 de Outubro de 2009.

As rubricas de operações de bolsa e fora de bolsa a regularizar do ativo e do passivo (ver Nota 21), em 31 de Dezembro de 2012, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2013, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transaccionados.

NOTA 18 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo desta rubrica é composto quanto à sua natureza, como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
A prazo		
Recursos de clientes	<u>34 986</u>	<u>5 970</u>
	<u><u>34 986</u></u>	<u><u>5 970</u></u>

Esta rubrica reflecte valores de clientes, que não se encontram disponíveis, de forma a garantirem as operações de compra dos títulos que os mesmos clientes apresentam a descoberto, em consequência de operações de *short-selling*.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é o seguinte:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Exigível a prazo		
Até três meses	<u>34 986</u>	<u>5 970</u>
	<u><u>34 986</u></u>	<u><u>5 970</u></u>

NOTA 19 – PROVISÕES

O movimento verificado nas rubricas de provisões, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2011	Movimentos no exercício			Saldo em 31-12-2012	
		Transfe- rências	Reforços	Utilizações		
Provisões para						
Riscos gerais de crédito	24	0	1 706	0	(1 726)	4
	<u>24</u>	<u>0</u>	<u>1 706</u>	<u>0</u>	<u>(1 726)</u>	<u>4</u>

NOTA 20 – PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar 2012 (ver Nota 27)	<u>12 061</u>	<u>5 967</u>

NOTA 21 –OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos decompõe-se como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Desvios actuariais incluídos no corredor	506	8 686
Desvios actuariais excesso face ao corredor	0	0
	<u>506</u>	<u>8 686</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	3 216 477	2 687 678
Outros impostos a entregar ao Estado	10 477	8 894
Contribuições para a Segurança Social	4 989	4 770
Credores por fornecimento de bens	18 121	27 490
Outros credores	0	1 063
	<u>3 250 064</u>	<u>2 729 895</u>
Encargos a pagar		
Encargos com férias e subsídio de férias	37 019	36 704
Outros	2 278	9 599
	<u>39 297</u>	<u>46 303</u>
Operações a regularizar		
Operações de bolsa a regularizar	3 115 626	695 687
Operações fora de bolsa a regularizar	92 358	103 561
Operações cambiais à vista a liquidar	0	0
	<u>3 207 984</u>	<u>799 248</u>
	<u>6 497 851</u>	<u>3 584 132</u>

A rubrica de credores por operações sobre valores mobiliários inclui os saldos positivos das contas correntes com clientes, cuja contrapartida se reflecte, entre outras, na rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito, no país e no estrangeiro (ver Nota 11).

As rubricas de operações de bolsa a regularizar do ativo (ver Nota 17) e do passivo, em 31 de Dezembro de 2012, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2013, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transaccionados.

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2 g), os ganhos e perdas actuariais com pensões até ao limite do corredor encontram-se registados na rubrica de desvios actuariais.

NOTA 22 – CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social da LP Corretora no valor de 1.000.000 euros, encontrava-se representado por 200.000 acções, com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas por diferentes acionistas.

NOTA 23 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento verificado nas contas de reservas e de resultados transitados, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foi o seguinte:

	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2011</u>	<u>Aumento</u>	<u>Reduções</u>	<u>Transfe-</u> <u>rências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2012</u>
Reservas de reavaliação					
Reservas de justo valor r/ activos financeiros disponíveis para venda	(3 427)	3.825	0	0	398
Outras reservas e resultados transitados					
Reserva legal	82 244	0	0	2 585	84 829
Resultados transitados	<u>(552 165)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>23 263</u>	<u>(528 902)</u>
	<u>(469 921)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>25 848</u>	<u>(444 073)</u>
Resultado do exercício					
2012	25 848	0	0	(25 848)	0
2013	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>(48 698)</u>	<u>0</u>	<u>(48 698)</u>
Total	<u>(447 500)</u>	<u>3 825</u>	<u>(48 698)</u>	<u>0</u>	<u>(492 373)</u>

I) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2.d).

II) Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro), a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Da aplicação dos resultados da Sociedade referente ao exercício de 2011, resultou a transferência de Eur 2.585 para a reserva legal.

III) Resultados transitados

Da aplicação dos resultados da Sociedade referente ao exercício de 2011, resultou a transferência de Eur 23.263 para resultados transitados.

NOTA 24 - RUBRICAS EXTRA PATRIMONIAIS

Os saldos das rubricas extra patrimoniais são compostos quanto à sua natureza, como segue:

i) Passivos eventuais

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Activos dados em garantia (i)	14 730	10 664
(i) Valor de mercado		

A rubrica de Passivos eventuais – Ativos dados em garantia corresponde a títulos que, tal como referido na Nota 2 c), são adquiridos pela Sociedade para serem entregues em garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do regulamento da CMVM n° 2/2000.

ii) Compromissos assumidos para com terceiros e por terceiros

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Compromissos perante terceiros		
Sistema de indemnização aos investidores (i)	14 730	10 664
(i) Valor de mercado		

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores (ii)	7 529 591	8 217 681
Gestão de carteiras de activos		
Títulos em carteira (iii)	5 130 521	5 092 377
Operações a aguardar liquidação	(65 362)	152 832
Liquidez	2 056 757	1 672 368
	<u>7 121 916</u>	<u>6 917 577</u>
	<u>14 651 507</u>	<u>15 135 258</u>
Serviços prestados por terceiros		
Por depósito e guarda de valores (i)	7 538 707	8 222 730

(i) Valor de mercado (ii) Valor de mercado (ver Nota 2 k) (iii) Valor de mercado (ver Nota 2 l)

O saldo da rubrica responsabilidade por prestação de serviços - depósito e guarda de valores corresponde ao valor de mercado, ou na sua ausência o valor nominal, dos títulos entregues por clientes à guarda da LP Corretora.

Estes títulos estão igualmente apresentados na rubrica de serviços prestados por terceiros – depósito e guarda de valores, em conjunto com os títulos da Sociedade, representando a entrega a outras entidades especializadas na guarda de valores, nomeadamente o BCP, o BES Investimento, o *Deutsche Bank Frankfurt* e a *Lek Securities*.

A rubrica gestão de carteiras de ativos regista os valores mobiliários entregues à gestão da Sociedade, e encontram-se ao respectivo valor de mercado.

NOTA 25 – ATIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2012			31-12-2011		
	Dólares Norte	Libras	Total	Dólares Norte	Libras	Total
	Americanos	Esterlinas		Americanos	Esterlinas	
Activo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	658 578	219 261	877 839	717 395	69 544	786 939
Outros activos	699 853	0	699 853	352 277	0	352 277
Total do Activo (Euros)	<u>1 358 431</u>	<u>219 261</u>	<u>1 577 692</u>	<u>1 069 672</u>	<u>69 544</u>	<u>1 139 216</u>
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	34 986	0	34 986	5 970	0	5 970
Outros passivos	1 316 841	216 371	1 533 212	1 073 622	69 184	1 142 806
Total do Passivo (Euros)	<u>1 351 827</u>	<u>216 371</u>	<u>1 568 198</u>	<u>1 079 592</u>	<u>69 184</u>	<u>1 148 776</u>
Total Activo/(Passivo) Líquido (Euros)	<u>6 604</u>	<u>2 890</u>	<u>9 494</u>	<u>(9 920)</u>	<u>360</u>	<u>(9 560)</u>
Posição cambial à vista	<u>6 604</u>	<u>2 890</u>	<u>9 494</u>	<u>(9 920)</u>	<u>360</u>	<u>(9 560)</u>

NOTA 26– SEGMENTAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E POR LINHAS DE NEGÓCIOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os elementos da demonstração de resultados e do balanço da Sociedade, ventilados por linhas de negócios e por mercados geográficos, apresentam-se distribuídos da seguinte forma:

	31-12-2012	31-12-2011
	Corretagem	Corretagem
	(retalho)	(retalho)
Portugal		
Elementos da demonstração de resultados		
Juros e rendimentos similares	2 212	11 297
Juros e encargos similares	(2 279)	(2 227)
Rendimentos de serviços e comissões	740 092	920 084
Encargos com serviços e comissões	(130 373)	(158 410)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	290	94
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	1 194	3 358
Outros resultados de exploração	(35 579)	(46 877)
Custos com pessoal	(288 038)	(293 748)
Outros gastos administrativos	(307 964)	(383 995)
Amortizações do exercício	(10 873)	(15 630)
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	(10)
Impostos correntes	(17 401)	(8 088)
Resultado líquido do exercício	(48 698)	25 848
Portugal		
Elementos do balanço		
Recursos de clientes e outros empréstimos	34 986	5 970
Outros passivos	6 497 851	3 584 132
Activo líquido total	7 052 528	4 148 593

NOTA 27 – IMPOSTOS

A LP Corretora está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente do exercício de 2012 foi apurado pela LP Corretora com base numa taxa nominal de 25%. Ao valor de IRC apurado acresce uma taxa de Derrama Municipal de 1,5%.

A Sociedade decidiu não calcular impostos diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais acumulados, porque com base na actual conjuntura económica, torna-se bastante difícil criar expectativas para que existam lucros tributáveis capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda sujeitos a possível revisão. No entanto, é convicção da Administração da LP Corretora, que não ocorrerá qualquer liquidação adicional, de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras, relativamente aos exercícios passíveis de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e o imposto sobre o rendimento a pagar, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, analisa-se como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Lucro contabilístico antes de impostos	(36 090)	33 935
Provisões não dedutíveis	(21)	10
Amortizações excessivas	0	0
Multas de natureza fiscal	32	45
Seguro Grupo Saúde	12 438	12 298
Pagamento especial por conta 2008	4 793	0
Mais valias fiscais	0	0
Mais valias contabilísticas	0	0
Majoração donativos	0	0
Lucro tributável	<u>(18 848)</u>	<u>46 288</u>
Prejuízos fiscais 2008	0	(46 288)
Matéria colectável	<u>0</u>	<u>0</u>
Estimativa de imposto sobre lucros	0	0
Derrama municipal	0	694
Tributações autónomas	12 608	7 394
Imposto sobre o lucro do exercício	12 608	8 088
Estimativa de impostos sobre lucros registada em custos	<u>12 608</u>	<u>8 088</u>
<i>Taxa efectiva de imposto</i>	n.a.	n.a.
Pagamentos especiais por conta	0	0
Pagamentos por conta efectuados no exercício	0	0
Retenções na fonte	<u>(547)</u>	<u>(2 121)</u>
Impostos sobre lucros a (receber) pagar (ver Notas 16 e 20)	<u>12 061</u>	<u>5 967</u>



RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas,

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Fiscal Único da **"Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A."**, examinou o Relatório do Conselho de Administração e as contas em base individual, nomeadamente, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas anexas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e consequentemente vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.
2. Em Outubro de 2012 faleceu o Sr. Manuel Roquette Ricciardi, Presidente do Conselho de Administração da sociedade desde a sua constituição em 2002, isto é, há 11 anos. Com o seu carisma, a sua visão e a sua determinação foi o grande impulsionador do desenvolvimento da gestão da Luso Partners.
A sua memória será recordada para sempre, com muita saudade e amizade.
3. No ano anterior efectuamos igualmente o exame das demonstrações financeiras e elaborámos o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.
4. As demonstrações financeiras individuais da Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, que incluem os requisitos definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, conforme adoptadas na União Europeia.
5. No decurso do exercício acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Luso Partners Corretora e a sua gestão, tendo recebido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos e apoios julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.



6. Durante o exercício em apreço verificámos com regularidade os livros, os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte.
7. Efectuámos trabalho relativo à conferência dos valores patrimoniais da sociedade e através do método da amostragem constatámos que foram seguidos os procedimentos contabilísticos de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas.
8. No âmbito do trabalho desenvolvido queremos referir os principais factos seguintes:
 - 8.1. A Luso Partners – Sociedade Corretora segue o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.
 - 8.2. As disponibilidades em outras instituições de crédito englobam depósitos à ordem em instituições de crédito no país no valor de 1.167.278 euros e em instituições de crédito no estrangeiro no valor de 2.535.004 euros.
Os depósitos à ordem são, na generalidade, remunerados.
 - 8.3. Os movimentos ocorridos na rubrica “outros activos tangíveis” encontram-se registados pelo custo, determinado na data da transição para as IFRS, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.
 - 8.4. As contas de outros activos e outros passivos evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta dos clientes nos últimos dias Dezembro de 2012 e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2013.
Confrontar com as notas 17 e 21 do anexo às contas.
 - 8.5. O movimento ocorrido na rubrica provisão para riscos gerais de crédito corresponde a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes, e está correctamente registado.
 - 8.6. A Luso Partners Corretora aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o plano de pensões criado pela sociedade.

Verificámos que foram cumpridos os registos contabilísticos, de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.
9. O Relatório do Conselho de Administração está elaborado em conformidade com as disposições legais, complementa as demonstrações financeiras e põe em relevo os aspectos de maior importância da sua gestão.



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



10. Em nossa opinião, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas anexas representam adequadamente o património social bem como os resultados referentes ao exercício de 2012.
11. Com base no relatório exposto, somos de parecer:
- 1º - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, tal como são apresentadas, referentes ao exercício de 2012;
 - 2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;
 - 3º - Que seja aprovado um voto de confiança e de apreço ao Conselho de Administração pela forma criteriosa como geriu os negócios da Luso Partners Corretora.

Lisboa, 14 de Março de 2013

O FISCAL ÚNICO

José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de “Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 7.052.528 euros e um total de capital próprio de 507.626 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 48.698 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio e o Inventário de títulos do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da “LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.”, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de “**Luso Partners - Sociedade Corretora, S.A.**”, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 14 de Março de 2013

José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

Luso Partners, S.A.
CLC 2012

Rua Artilharia Lm. 104, - c.º 1.º SQ.º 1099 - 053, Lisboa - Portugal
t +351 21 384 46 00 - f +351 21 385 50 24 - e-mail gere@acr-sroc.com - www.acrc-sroc.com
Inscrita na lista dos R.D.C. com o N.º 19 (Sociedade)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 319

Pag. 2/2